

## A DISPUTA PELO GOVERNO DO CEARÁ EM 2010: A CONSOLIDAÇÃO DE UM CICLO POLÍTICO PÓS TASSISMO?

Rejane Vasconcelos Accioly Carvalho

### RESUMO

Este artigo coloca em discussão a noção de ciclo político, assim como as condições de sua emergência, consolidação e declínio em esferas públicas midiaticizadas, tomando por referência estudos sobre eleições majoritárias para o poder executivo no Brasil e de modo especial no estado do Ceará, a partir do retorno das eleições diretas na década de 1980. A campanha eleitoral de 2010 para o governo do referido estado é analisada como momento de demarcação de um ciclo “pós tassista” na política cearense, marcado pela reeleição em 1º turno do governador Cid Ferreira Gomes, por uma maioria consagradora de votos, desta feita em oposição a Tássio Jereissati, antigo aliado, que, sem seu apoio, foi candidato derrotado a uma das duas vagas do Ceará no senado.

**Palavras-Chave:** Poder; Mídia e Política; Grupo Político

## THE DISPUTE FOR CEARÁ STATE GOVERNMENT IN 2010: THE CONSOLIDATION OF A POST TASSISM POLITICAL CYCLE?

### ABSTRACT

This paper discusses the notion of the political cycle, as well as the conditions of its emergence, consolidation and decline in Brazilian media public sphere, taking as reference studies on majoritarian elections to the executive power in Brazil and especially in Ceará State, since the return of direct elections in 1980. An analysis of electoral campaign of 2010 in the referred state is analyzed as a turning point of a post Tasso Jereissati period, started with the re-election in first round of the former governor, Cid Ferreira Gomes, with a consecrating majority of votes, defeating Tássio Jereissati's group candidate. Without the support of Cid Gomes and his political group Tássio Jereissati was also defeated as candidate for one of two places of Ceará State at the Federal Senate.

**Key words:** Power; Media and Politics; Political Group

---

Professora de Sociologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: [rejanecarvalho@terra.com.br](mailto:rejanecarvalho@terra.com.br).

---

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é analisar a campanha estadual de 2010 no Ceará sob a perspectiva dos Ciclos Políticos no período da redemocratização, admitindo que sua dinâmica vincula-se ao processo de midiaticização da esfera política que afeta as condições de competitividade nas disputas eleitorais instituindo temporalidades políticas com características peculiares.

Na primeira seção teço considerações sobre a noção de ciclo político, de suas condições de sua emergência, consolidação e declínio em esferas públicas midiaticizadas, tomando como referência estudos sobre eleições majoritárias para o poder executivo no Brasil e de modo especial no Ceará, a partir do retorno de eleições diretas na década de 1980.

Na segunda levanto e teço argumentos que sustentam a tese de que as campanhas ao governo do Ceará em 2002 e 2006 podem ser consideradas de transição para um ciclo político “pós tassista”, cujos contornos vão sendo definidos nas eleições estaduais de 2010.

Na terceira seção analiso peculiaridades da campanha de 2010, como momento de demarcação de um ciclo “pós tassista” na política cearense com a reeleição do governador Cid Gomes em 1º turno por uma maioria consagrada de votos, desta feita em oposição ao antigo aliado, que sem seu apoio foi candidato derrotado a uma das duas vagas ao senado. A redução da bancada de deputados federais e estaduais do PSDB, partido de Tasso Jereissati é ou-

tro indicativo importante da dissolução de suas bases eleitorais<sup>1</sup>.

Na quarta seção desenvolvo a análise dos cenários pré-eleitoral e eleitoral da campanha de reeleição de Cid Gomes marcada pela quase ausência de competitividade, e finalmente os resultados eleitorais que definiram ganhadores e perdedores, reafirmando a indagação posta no início do texto: consolidação de um novo ciclo político na política cearense?

### 1. CICLOS POLÍTICOS: CONDIÇÕES DE LONGEVIDADE EM ESFERAS PÚBLICAS MUDIATICIZADAS

A noção de ciclo político se assenta na longevidade de uma liderança pessoal, de um grupo político ou partidário cuja permanência no poder ultrapassa um mandato e seja acompanhada do reconhecimento de sua hegemonia em determinado espaço político (nacional ou estadual).

Algumas considerações sobre peculiaridades de ciclos políticos que transcorrem no período da pós-redemocratização do Brasil, em ambiência de esferas públicas midiaticizadas que merecem ser discutidas, assim nomeadas porque são as diferentes mídias as principais fontes de produção, circulação e consumo de informações às quais a população tem acesso, não só sobre a política, mas sobre os acontecimentos que se inscrevem na categoria “atualidades” ou “*fait divers*”.

---

<sup>1</sup> Ver texto de Jakson Aquino e Rejane Vasconcelos Carvalho, “A derrota de Tasso Jereissati na disputa para o Senado em 2010: como entender a dissolução de suas bases eleitorais?”, apresentado na Reunião da ANPOCS em 2010, Caxambu MG.

No Brasil é na década de 1970, com a ampliação das redes de televisão para todo o território nacional, que se efetiva mais nitidamente este processo. Seus efeitos sobre o funcionamento da esfera política brasileira somente se fazem sentir vigorosamente na década de 1980, com o retorno do voto direto nas campanhas eleitorais majoritárias para cargos executivos<sup>2</sup>.

A gênese de ciclos políticos em esferas públicas midiáticas pressupõe uma temporalidade marcada no imaginário político por acontecimentos e narrativas de forte teor simbólico, encarnados por personagens centrais dos enredos de campanhas eleitorais, produzidas com recursos midiáticos - publicitários para alcançar uma audiência de massa.

No Brasil a midiáticação das campanhas eleitorais para cargos no poder executivo, presidencial, estadual e para prefeituras de capitais encontra nos programas do horário eleitoral na televisão sua forma principal de expressão. Neles são desenvolvidas e super-dimensionadas as estratégias para construção da imagem dos candidatos, a batalha entre os concorrentes, e os estilos de persuasão utilizados na “comunicação direta” com os eleitores. Desse modo os mediadores políticos tradicionais (chefes políticos, partidos, entre outros) têm suas funções reduzidas na medida em que se ampliam as possibilidades dos candidatos mobilizarem, em determinados cenários políticos, recursos simbólicos eficazes para apresentar aos eleitores

imagens de si (*ethos*) que suscitem sentimentos de empatia e crença que se convertam em votos. Exemplo disso é o que se nomeia de “surpresa eleitoral”, ou seja, candidatos que iniciam a disputa como quase desconhecidos, com irrórisos índices nas pesquisas pré-eleitorais ultrapassam em um curto tempo de campanha, competidores antes considerados imbatíveis, atingindo meteoricamente o estrelato político<sup>3</sup>.

A longevidade por sua vez exige dos governantes a confirmação de *imagens de gestão* cuidadosamente produzidas no âmbito de estratégias de marketing institucional que realmente continuamente os laços com o eleitorado. Acrescento ao debate a tese de que a mais recente redemocratização no Brasil agregou alguns fatores que conjugados afetaram a dinâmica da política nacional acentuando a tendência de instalação de ciclos políticos longevos.

O primeiro fator, já mencionado, reporta-se ao uso dos protocolos da comunicação midiática e publicitária nas campanhas eleitorais majoritárias cujo sucesso depende do vigor das imagens dos personagens que protagonizam o duelo apresentando-os como inauguradores de uma nova e promissora era política (lugar de fala da oposição), ou como defensores de sua permanência, sob o argumento principal de que os bons frutos de uma gestão somente podem ser preservados por quem os plantou. (lugar de fala da situação). Os sentimentos básicos mobilizados são respectivamente o da esperança (na fase inaugural de um ciclo), e medo (quando a espe-

2 Sobre o tema ver: Transição Democrática Brasileira e Padrão Midiático Publicitário da Política, Pontes, Campinas: 1999.

3 Sistema que Richard Sennett nomeia como “star system” no livro O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. Companhia das Letras, SP 1998. A conquista da Presidência da República por Fernando Collor de Melo em 1989 ilustra bem o sentido de ascensão meteórica ao estrelato político; no Ceará a vitória de Maria Luiza Fontenele (PT) para a prefeitura de Fortaleza em 1985, de Tasso Jereissati para o governo do Ceará em 1986, e a de Luizianne Lins (PT) para a prefeitura de Fortaleza em 2002.

rança declina, mas ainda não é maior que o medo do desconhecido). O segundo fator está relacionado à alteração da legislação eleitoral brasileira para permitir a possibilidade de reeleição dos detentores de mandatos no poder executivo. Não por acaso o estatuto da reeleição datado de 1997, contou com o empenho direto do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que se empenhou pessoalmente na aprovação pelo parlamento da emenda que alterava a cláusula constitucional impeditiva. Reconhecido como *Pai do Real*, vitorioso na batalha sobre a inflação, até então considerada missão impossível, o Presidente alcançava índices de popularidade. Outro fator destacado com propriedade por André Borges<sup>4</sup>, é a simultaneidade das eleições majoritárias e proporcionais para postos do executivo e legislativo nos níveis federal e estadual introduzida em 1994, que acentuou o impacto da competição vertical resultando em alinhamentos situacionistas de modo especial em estados e municípios mais pobres e por consequência com maior grau de dependência de transferência de recursos federais e estaduais para alimentar máquinas políticas. Por consequência o autor considera que as eleições regionais tendem a seguir uma lógica nacional, que resultaria em mudanças concomitantes nas coalizões governativas estaduais. Borges confirma esta hipótese com dados estatísticos referentes aos resultados eleitorais em cinco estados classificados como de baixo desenvolvimento econômico: Ceará, Rio Grande do Norte, Pará, Maranhão, Goiás e Paraíba.

Uma indagação ainda pouco esclarecida reporta-se às condições que favorecem a infla-

xão de ciclos políticos no plano nacional que tendem a se espalhar aos estados e municípios, viabilizando a alternância de poder, condição necessária aos regimes de democracia representativa. No texto *“Já não se fazem mais máquinas políticas com antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros”*, Borges centra sua análise empírica em estados de baixo desenvolvimento econômico e social que segundo a literatura acadêmica tenderiam a preservar padrões políticos de dominação oligárquicos face ao peso das práticas clientelistas na alimentação das máquinas políticas estaduais. Segundo o autor a hipótese explicativa, apoiada em dados estatísticos é que a ascensão da esquerda ao poder, e mais especificamente a conquista da Presidência da República pelo em 2002, conduziu à dissolução das bases eleitorais dos partidos considerados de direita ou de centro nos estados mais pobres onde antes predominavam e que progressivamente aderem aos vitoriosos. Ou seja, os partidos e coalizões nomeados de esquerda mudaram significativamente o padrão de votação, invertendo sua dominância dos estados mais ricos para os estados de regiões periféricas, de modo especial Norte e Nordeste. Em síntese, a tendência situacionista geograficamente localizada seria assim suprapartidária e supra-ideológica.

Como já dito anteriormente a mais recente transição brasileira nos ofereceu no plano presidencial dois ciclos políticos longevos, o primeiro protagonizado por um partido considerado de centro esquerda, o PSDB, encarnado na figura estelar do presidente sociólogo, Fernando Henrique Cardoso, símbolo da conquista do controle da inflação que afligia os brasi-

4 André Borges “Já não se fazem mais máquinas políticas com antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros”. In: Revista de Política e Sociologia..

leiros; e o segundo por um partido de esquerda o PT, personalizado na figura de Lula, um operário, um homem do povo cuja bandeira era cuidar dos pobres, erradicando a miséria absoluta no país com programas sociais de distribuição de renda, que teve no *bolsa família* o ícone mais consagrado.

A hipótese que proponho é que, se a fragmentação e baixa credibilidade dos partidos políticos no Brasil conspiram contra a longevidade, e em contrapartida a centralidade da personalidade de políticos cujas imagens se consagram por seus feitos, funciona como âncora da estabilidade na medida em que sua atuação ocorre no âmbito de uma matriz institucional cujas regras reforçam a dimensão personalista das disputas eleitorais. O estatuto jurídico da reeleição foi acompanhado de alterações valorativas nos usos e distinções semânticas entre os termos “continuismo” e “continuidade”. Negativamente valorado, o “continuismo” pressupõe práticas de sujeição próprias do poder tradicional ou oligárquico para produzir e manter “votos cativos” por formas de coerção simultaneamente econômicas e extra-econômicas negadoras dos princípios democráticos. No vocabulário político o continuismo é execrado, confundindo-se com o “fisiologismo”, metáfora biológica que evoca a política de adesões e “conchavos” oportunistas motivados pela mera fome de poder. O termo “continuidade” ao contrário, distingue-se do primeiro ao ser resignificado e valorado positivamente como processo, que resultante da livre escolha dos cidadãos e reconhecendo os méritos de uma gestão política optam por conceder, ao mesmo man-

datário, ou a alguém que o represente, outro mandato, como espécie de gratidão pelo que foi feito, e principalmente como forma de garantia de que as boas obras não serão interrompidas, esperando assim que seus benefícios possam ser multiplicados. O termo “continuidade” assume o sentido de processo natural de evolução do que está funcionando bem.

Vale ressaltar que o estatuto da reeleição alterou as condições sociais de produção dos discursos políticos “situacionistas” e “oposicionistas”. O lugar de produção dos discursos políticos situacionistas configura-se como aquele de onde o poder é exercido, e a possibilidade de continuar a exercê-lo tende a potencializar sua dimensão performática de apontar para o que foi feito o que se está fazendo e se continuará a fazer para melhorar a vida da população. As fronteiras entre os discursos eleitorais e os de publicidade institucional são pouco nítidas, já que o governante e o candidato são reconhecidos como a mesma fonte emissora<sup>5</sup>. O teor e o tom dos discursos situacionistas dos candidatos à reeleição tendem a ser, mais afirmativos que negativos, mais otimistas que pessimistas. O lugar de produção dos discursos políticos de oposição, ao contrário, torna-se quase sempre mais espinhoso. Em cenários nos quais são altos os índices de popularidade dos governantes, as condições de produção dos discursos de oposição eficazes são extremamente precárias, algumas vezes praticamente inviáveis. Face à redução das oportunidades de mostrar realizações objetivas, a oposição obriga-se a produzir discursos negativos, de crítica aos mal feitos dos que ocupam o po-

<sup>5</sup> A legislação eleitoral no Brasil não exige que candidatos a reeleição a cargos no poder executivo sejam afastados dos mesmos durante o período de campanha eleitoral.

der com potencial de sensibilização do eleitorado para rejeitar o tempo presente e ainda apresentar propostas que ensejem o desejo e a crença de *mudança de rumo* para um futuro melhor. As críticas, no entanto não podem ser excessivamente agressivas ou diretas nos casos em que a opinião majoritária dos eleitores objetiva em percentuais das pesquisas revela-se favorável aos governantes. Foi o que aconteceu na campanha de reeleição de FHC a presidência em 1998, vitória caucionada na mística de continuidade do Plano Real. Novamente aconteceu na reeleição de Lula em 2006, consagrado como o *homem do povo que cuida dos pobres* e em 2010 quando em uma espécie de reeleição virtual votava-se em Dilma “como se” estivesse votando mais uma vez em Lula. José Serra (PSDB), principal candidato de oposição à candidatura de Dilma (PT), lançada e encampada por um presidente com mais de 70% de aprovação popular, obrigava-se a reconhecer publicamente os méritos da ERA LULA e a afiançar a continuidade do “que tinha dado certo”. Por outro lado, a simbiose das imagens de Lula e Dilma tornava difícil decidir para quem direcionar os ataques (a candidata? ao seu patrono?) e mais complicado ainda ponderar os riscos de que os mesmos fossem interpretados como ressentimento de inimigos desleais, a quem não restavam armas mais honrosas. Como lembra Thompson (2002) a propagação de denúncias e sua transformação em “escândalos” políticos não se fazem na ausência de oxigênio na “atmosfera política”, que desencadeie o processo de combustão capaz de corroer rapidamente as imagens dos envolvidos<sup>6</sup>. Em que medida

e em quais condições a atmosfera da campanha eleitoral favorece a que denúncias sejam convertidas em escândalos e surtam os efeitos desejados pela oposição? Esta é uma indagação para qual não se tem uma resposta clara, exigindo um exame das particularidades de cada caso. Finalmente ressalto que a perspectiva de reeleição dos ocupantes do poder executivo afeta de forma significativa a dinâmica das campanhas para o parlamento ao estimular amplas coligações pré-eleitorais e intensificar o arco das coalizões situacionistas pós-eleitorais. Na configuração de ciclos políticos de longa duração há assim uma confluência dos laços da política tradicional com as inovações introduzidas pelas novas formas de fazer política. Na medida em que o principal “trabalho político” dos parlamentares, aquele que lhes garante a conquista e manutenção de mandatos, continua a ser as benfeitorias e obras, que conseguem levar para suas bases eleitorais (Estados ou Municípios) torna-se essencial estabelecer o melhor trânsito possível com as escalas mais altas do poder executivo estadual e federal que se constituem fontes principais das verbas a serem distribuídas e aplicadas<sup>7</sup>. A longevidade dos ciclos políticos potencializa assim as dificuldades de manter-se na oposição. O adesismo passa a ser a regra mais geral acentuando a desproporção entre as bancadas situacionistas e a oposicionistas. Sob o argumento legitimador de manter uma suposta “governabilidade,” o que se constitui é uma quase unanimidade. A coloração ideológica de “esquerda” e “direita”, os princípios normativos e ideológicos que diferenciavam partidos e grupos políticos se diluem na vala comum

6 Ver a obra de Thompson Escândalo Político e Mídia- Poder e Visibilidade na Era da Mídia, Ed. Vozes, RJ, 2002.

7 Ver o texto Em Nome das “Bases” - BEZERRA, Marcos Otávio. Em nome das “bases”. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

do pragmatismo político. Um exemplo disto é a composição da bancada de apoio a atual presidente Dilma Rouseff: Os resultados das eleições de 2010 para a Câmara dos Deputados e para o Senado mostram que a base de apoio ao governo federal será formada por 402 deputados (de 513) e 59 senadores (de 81). A base aliada do governo Dilma Rouseff é 13% maior do que alcançada por Lula no segundo mandato: serão 402 deputados federais, contra os 380 que possuem mandato até 31 de janeiro e os 357 eleitos em outubro de 2006. A bancada oposicionista antes formada por 33 senadores passou a ter 22 parlamentares contra os 59 da base governista. A mesma tendência pode ser constatada no Ceará onde a coligação da disputa presidencial foi mantida. A dificuldade de manter-se na oposição é ilustrada no depoimento de um senador colhido por jornalista do “Congresso em Foco” por ocasião da solenidade de posse da nova presidente: “Tolerância com o governo em razão da popularidade do presidente. Muitos não fizeram oposição com medo disso. E acabaram se estrepando inclusive nas suas próprias candidaturas”, disse o senador Demóstenes Torres (DEM-GO).

Neste sentido quais percalços podem fragilizar a imagem de uma persona política que encarna a hegemonia de um ciclo político viabilizando a vitória das forças de oposição? Como pensar as perspectivas de alternância do poder? A longa duração de um ciclo que exceda os limites legais do número de mandatos consecutivos exercido por um mesmo mandatário, pressupõe a escolha de um nome que possa ser

apresentado e reconhecido como capaz de dar continuidade ao seu legado político. A indicação do sucessor ideal envolve um paradoxo: ele não pode ser um simples “poste”<sup>8</sup> para fixação da imagem do *Outro*, mas, sua imagem não pode ganhar uma autonomia que ponha em risco o sentido de continuidade que sustenta sua postulação ao cargo. A relação posterior entre o eleito e sua “sombra” é quase sempre fonte permanente de tensões: como governante não pode ser visto como um “fantoche”; como portador de uma “herança” não pode renegá-la para eximir-se de responsabilidade de problemas ou crises que tenha que enfrentar. A lealdade ao antecessor em certos casos pode tornar-se um fardo. Os “sucessores” são quase sempre alvos mais fáceis de ataques, o que aumenta a probabilidade de que o “encanto” da temporalidade política por eles representada se estenda indefinidamente. Ter-se-ia assim uma temporalidade de transição entre ciclos marcada pela gradativa acumulação de forças de oposição sinalizada pelo crescimento do nível de competitividade das campanhas eleitorais?

A eleição de Dilma Rouseff, em que o leitor votou nela como se votasse no próprio Lula (solicitação explicitamente feita durante a campanha) inaugurou em condições democráticas na política brasileira a vigência do ciclo político para além de dois mandatos, traz indicações interessantes para as indagações postas sobre condições de transferência de imagens sustentadoras da continuidade. Tem-se que esperar a próxima eleição presidencial em 2014 para analisar em que medida o peso da simbó-

<sup>8</sup> Sobre o assunto ver o texto “Luzes no “poste”: análise da eleição para prefeito de Recife em 2008” de Aquiles Magide Bizarro/ Artur Leandro Alves da Silva / Enivaldo C. Rocha publicado na coletânea Como o Eleitor Escolhe seu prefeito – campanha e voto nas eleições municipais, organizada por Antônio Lavareda e Helcimara Teles. FGV Editora, RJ, 2011.

lica “Era Lula” permanecerá ou não, como favor preponderante na determinação dos rumos da sucessão: reeleição de Dilma Rousseff? A alternância no interior do ciclo político com outra candidatura, ou o retorno do próprio Lula? Quais perspectivas de competitividade de um candidato de oposição? Em qualquer das alternativas, haverá ainda lugar para a reprodução de polarização nas disputas simbólicas entre Lula e FHC que tem marcado as eleições presidenciais no país desde 1994?

Considerando a hipótese de perspectiva de alternância no poder presidencial, quais as repercussões se fariam sentir sobre os ciclos políticos estaduais? A de um outro realinhamento que confirme a tendência de articulação vertical e sincrônica entre os níveis governamentais federal, estaduais e municipais? Esta é ainda uma longa agenda de pesquisa a ser percorrida.

## 2. AS CAMPANHAS ESTADUAIS DE 2002 E 2006 NO CEARÁ: TRANSIÇÃO ENTRE CICLOS POLÍTICOS

Considero que as campanhas estaduais de 2002 e 2006 trazem as marcas ambíguas de uma transição na quais os enlaçamentos simbólicos e políticos dos governadores eleitos com a Era Tasso ainda não tinham sido completamente desfeitos.

Em 2002, a vitória ao governo do candidato do PSDB, Lúcio Alcântara, e a conquista das duas vagas do Senado, a primeira ocupada pelo próprio Tasso e a segunda por Patrícia Gomes, candidata pelo PPS que teve seu apoio, encobriam os sinais de declínio do ciclo político tassistista. O primeiro e mais importante deles é

que a vitória de Lúcio Alcântara pode ser tribu-tada principalmente à falta de ousadia da oposição de esquerda que não acreditando em sua própria força política lança como candidato ao governo estadual o ex-prefeito do município de Expõe, José Airton, de reduzida expressividade política dentro do seu próprio partido, o PT. Prenunciava-se uma campanha pouco competitiva e não foi o que aconteceu. Embalado no slogan “É Lula Lá e José Airton Cá” a disputa foi levada para o segundo turno e vencida pelo candidato do PSDB por uma diferença irrisória de menos de quatro mil votos. Por outro lado a presença de Tasso na campanha de Lúcio Alcântara na TV ocorreu apenas no segundo turno e reduziu-se a uma justificação de que o candidato por ele escolhido tinha o perfil e o estilo do político tradicional, maleável no trato e negociações com os seus pares. Pode-se dizer que a força da inércia no campo político atuou no sentido de preservar posições já estabelecidas, prolongando um ciclo político já em declínio.

Em 2006 o governador Lúcio Alcântara candidata-se a reeleição pelo PSDB sem o apoio de Tasso que durante a fase pré-eleitoral rompe publicamente com ele tecendo duras críticas à sua gestão. Se na fase pré-eleitoral Lúcio Alcântara liderava as intenções de voto, com o início da campanha no rádio e TV, é ultrapassado por Cid Gomes (PSB) e a distância entre os dois cresceu de forma constante e substancial eliminando perspectivas de competitividade. Os resultados eleitorais confirmaram as previsões das pesquisas: vitória retumbante de Cid Gomes no 1º turno com 2.411.457 votos, correspondente a 62,38% do total de votos válidos, quase o dobro dos 1.309.277 obtidos por Lúcio Alcântara, candidato a reeleição. Acen-



tua-se a fragilidade do senador Tasso Jereissati em uma situação em que o governador Cid Gomes tendo sido eleito por uma coligação de esquerda da qual participavam PSB, PT, PMDB e PC do B não tinha garantias de que o seu apóio poderia ser retribuído em 2010 quando pretendia reelegendo-se ao senado preparar sua saída de cena sem que seu prestígio tivesse sido contestado. O *script* da disputa pelo senado seguiu um rumo distinto do traçado por Tasso. Sem o apóio do governador em exercício, ele descobre no desconforto da oposição que já não era detentor de força política própria que lhe garantisse a reeleição ao senado.

### 3. A PRÉ CAMPANHA ELEITORAL PARA O GOVERNO DO CEARÁ EM 2010: ASPECTOS INUSITADOS

O que se convencionou nomear “pré campanha” para postos majoritários, não é uma fase de “não acontecimentos”, ao contrário, é aquela em que é mais intensa a interação entre os campos da mídia e da política para produzir e trazer para a esfera da visibilidade pública os “bastidores da política”, dando a conhecer ao eleitor “quem é quem”, identificando zonas de atrito, ou de convergência de interesses entre personagens que com protagonistas principais ou coadjuvantes têm pretensão de integrar a trama de enredos eleitorais mais ou menos previsíveis de campanhas com graus de competitividade mais altos ou baixos.

O aspecto que considero inusitado na pré campanha ao governo do Estado em 2010 é que a pauta jornalista na fase pré eleitoral não estivesse centrada em nomes de candidatos a

serem lançados em oposição à única candidatura considerada certa, a de reeleição do governador Cid Gomes. Em janeiro a manchete do jornal o Povo com citação do governador Cid Gomes, “2010 será para visitar obras”, não deixa dúvidas que sua campanha estava em curso. A fotografia do governador com capacete de proteção utilizado por operários nas obras sinaliza para o “*ethos*” do “homem de ação”.

Com essa maratona de viagens aos quatro cantos do Estado, Cid espera conseguir dar mais celeridade a um conjunto de projetos que, segundo ele, estão acontecendo em áreas como educação, saúde, segurança e transporte. (Povo,21-1-2010).

Somente um nome, o do ex-deputado federal e prefeito de Maracanaú Roberto Pessoa (PR), aparece em janeiro como possível pré-candidato de oposição, decisão condicionada a conquista do aval de outros partidos além do PPS, o que não aconteceu.

Por outro lado o centro das discussões localizou-se nas perspectivas de rompimento da aliança histórica e suprapartidária entre o senador Tasso Jereissati e o governador Cid Gomes.

Prenunciava-se o dilema que o PSDB enfrentaria durante todo o período pré-eleitoral: lançar candidato próprio ao governo ou manter-se na confortável posição de apoiar e ser apoiado pelo governador em sua pretensão maior, a reeleição de Tasso Jereissati ao senado. E foi exatamente sobre este dilema que envolvia as relações entre Tasso, Cid e o PT, que o enredo da pré-campanha se desenrolou, arastando-se até às vésperas das datas finais para realização das convenções partidárias. Para

o PSDB de Tasso o melhor dos mundos seria receber o apoio do governador para uma das vagas do senado. O acordo firmado na campanha estadual de 2006 entre o PSB de Cid, o PT e o PMDB envolveu a desistência de Eunício Oliveira (PMDB) de candidatar-se ao senado, em favor do candidato do PC do B Inácio Arruda, tendo com contrapartida a garantia de apoio a sua candidatura ao mesmo posto em 2010. Por sua vez, Tasso que informalmente apoiou a candidatura de Cid Gomes em 2006 mantendo o seu grupo na base governista durante toda sua gestão, esperava em 2010 receber o apoio do governador a sua reeleição ao senado para uma das duas vagas a serem preenchidas. Cid Gomes supostamente poderia manter o compromisso com Eunício e ao mesmo tempo apoiar o amigo e aliado Tasso. Não havia no horizonte do PSDB a perspectiva de rompimento com o governador.

Em matéria intitulada PT rejeita acordo entre Cid e Tasso, o PT indicava que não seria fácil ao governador manter os laços políticos até então preservados com o tassismo:

Um dos nomes fortes do PT cearense, o deputado federal José Nobre Guimarães afirmou ontem que se o governador Cid Gomes (PSB) der qualquer tipo de apoio à reeleição do senador Tasso Jereissati (PSDB), ainda que “por debaixo do pano”, o PT deixará a aliança”. Segundo Guimarães, “mesmo que chova canivetes” o partido terá nome próprio para o Senado, o do ministro José Pimentel (Previdência). (Guimarães. 22-2 O Povo).

Para o PT derrotar Tasso Jereissati, identificado com um dos maiores adversários do

partido e do governo Lula, era uma meta vital e não negociável.

As observações anteriores não deixam dúvidas que em 2010 os cenários das disputas para a presidência, governo e senado federal no Ceará não estavam dissociados. Para o governador era vital a manutenção do arco de alianças que o elegera em 2006. Para tanto teria que ultrapassar duas grandes barreiras: no plano nacional as ambições presidenciais do irmão Ciro Gomes mostravam-se incompatíveis com o apoio de Cid a candidatura de Lula; no plano estadual o lançamento por sua coligação de duas candidaturas ao senado, Eunício Oliveira (PMDB) e José Pimentel (PT) implicaria no rompimento definitivo dos laços de lealdade política entre os Ferreira Gomes e Tasso Jereissati preservados até então.

A estratégia adotada por Cid foi adiar ao máximo a explicitação de suas decisões deixando que o tempo e a força das circunstâncias conduzissem o desfecho já esperado, mas no qual ele não aparecia como autor do gesto material do rompimento.

No decorrer dos meses de fevereiro, março e abril nas páginas do Povo se desenvolveram capítulos das escaramuças de Ciro Gomes para garantir sua candidatura à presidência do país pelo PSB partido que integrava a coligação governista que teria assim no primeiro turno dois nomes para disputa, o dele, e o de Dilma Rousseff, candidata do PT lançada por Lula. Seus pronunciamentos em peculiar estilo provocativo traziam ofensas que atingiam ao PT, ao PMDB e a seu próprio partido. Ciro pressiona PSB e cobra que partido “pense grande”. Na disputa pela manutenção da sua candidatura Ciro Gomes afirma que o PSB deve deci-

dir, entre ter candidato, ou continuar em alianças pautadas na distribuição de cargos e favores” (08 de abril de 2010).

Luizianne Lins representando a direção do PT de Fortaleza assume a dianteira do debate com o governador cobrando dele, com ameaças pouco sutis, o apoio incondicional a candidatura presidencial de Dilma Roussef, qualquer que fosse o destino da candidatura do seu irmão, Ciro Gomes.

O argumento principal de Ciro para manter sua candidatura à presidência era ampliar a margem de segurança na derrota do candidato do PSDB no primeiro turno, ou na pior das hipóteses no segundo, o que não se mostrava convincente nem para o PT, nem para comando nacional do PSB nas mãos de Eduardo Campos, governador pernambucano, candidato a reeleição ao mesmo cargo.

O PT coloca o governador Cid Gomes em situação melindrosa ao exigir o apoio às duas candidaturas da coligação ao senado e a indicação do vice na chapa governamental. A ameaça era mais um ingrediente de uma encaenação na qual o PT sabia que não tinha em suas fileiras um nome com densidade política para fazer frente a Cid, para quem por sua vez era fundamental manter e se possível ampliar a coligação que o elegera em 2006.

Ao candidato ao senado pelo PMDB, Eunício Oliveira, também não interessava que um terceiro concorrente colocasse em risco uma vitória considerada certa. Matéria publicada em 1º de maio de 2010, sob o título, O Governador quer tucanos também, mas resistência persiste comenta que o “casamento” desejado

pelas duas partes encontrava impedimento de uma terceira, o PT.

O dilema político vivido pelo governador Cid Gomes (PSB), que vem sendo pressionado pelo PT e PSDB a optar entre uma das siglas no palanque, é a prova de que, também na política, não se pode ter tudo. Abrir mão de aliados, cargos e até da própria ideologia faz parte do jogo. É o custo das alianças. E paga quem quer. (O Povo, Coluna Política assinada por Fábio Campos).

Tasso persistia na esperança de ter Cid como aliado: “Só faltam alguns arranjos para aliança”. (o Povo 2/4/2010). Até junho mantinha-se a situação paradoxal de existira apenas um candidato ao governo, Cid Gomes, candidato a reeleição, justificando-se assim o comentário jocoso da imprensa de que sua vitória seria por WO. (metáfora esportiva para a vitória de um competidor pelo não comparecimento do adversário).

Cid Gomes não tinha pressa, afirmando que só se pronunciaria sobre a disputa estadual depois da definição da sucessão presidencial. O tempo corria a seu favor na mesma medida em que minguava o tempo que a oposição teria para construir candidaturas viáveis e discursos plausíveis.

A matéria “Bases frágeis de uma sólida hegemonia”, (O Povo, 05/6/2010) a jornalista Kamila Bokasso, aborda essa ausência de oposição questionando se ela poderia ser interpretada como hegemonia completa do governador Cid. Entre os “especialistas” (sociólogos e cientistas políticos de Universidades) convocados a pronunciar-se prevaleceu à tese de que a heterogeneidade da base política de sustenta-

ção de Cid implicava em um equilíbrio instável que poderia ser rompido com facilidade.

Em 22 de abril o jornal, o Povo, dá destaque ao encontro de Lula com Ciro como “parte da estratégia do Presidente de remover sua pré candidatura ao Planalto”. O anúncio oficial do PSB sobre a saída de Ciro da disputa presidencial acontece após a decisão tomada em reunião da executiva nacional do partido, realizada em Brasília em 27 de abril. Naquela ocasião a maioria absoluta dos dirigentes estaduais do partido, incluindo Sergio Novais do Ceará, votou contra a tese de candidatura própria a presidência da República.

Faltava a Cid desatar o nó com o PSDB que insistia na aposta de que os ressentimentos, resultantes da exclusão de Ciro da disputa presidencial poderia abalar as relações do governador com o PT. Todos os partidos (PT, PSDB e partidos de oposição – PR e PPS) adiaram ao máximo suas convenções a espera da palavra final do governador, que insistia em reafirmar que seu compromisso político era apenas de apoio a Eunício Oliveira.

Sem alternativa, em oito de junho Tasso divulga na imprensa seu ultimato ao governador Cid Gomes:

O senador Tasso Jereissati avisou ontem que o prazo para o PSDB definir sua estratégia eleitoral se encerra neste final de semana. Num gesto de pressão contra o governador Tasso afirmou que tendo, ou não conversa com Cid, o PSDB vai fechar suas definições eleitorais até a próxima sexta-feira (O POVO, 8/06/2010).

A matéria intitulada “Tasso teme estar sendo cozinhado por Cid e convoca reunião

para decidir rumos eleitorais”, é reveladora de que a esperança de contar com a adesão do governador se esgotará. Três dias após, o desfecho ganha manchete: “De aliado a adversário – Sem resposta de Cid, o PSDB anuncia disputa ao governo”. O presidente estadual do partido explicou: “a reação é resultado de uma série de desgastes com o Palácio Iracema. Ele disse que o insistente silêncio de Cid sobre as coligações para a corrida eleitoral deste ano soou como ingratidão diante da fidelidade da sigla” (11/06/2010).

Somente com a realização das convenções estaduais dos partidos ao final de junho, definiram-se as composições das três coligações principais para as disputas majoritárias para o governo e o senado:

Coligação “*Por um Ceará melhor pra todos*”, integrada pelos partidos PSB, PT, PMDB, PC do B, PDT, PSC e PC do B), apresenta o nome do governador Cid Ferreira Gomes como candidato a reeleição, tendo como vice o deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa, Domingos Filho do PMDB. Para o senado vence a tese defendida pelo PT de ter dois candidatos da coligação ao senado: Eunício Oliveira (PMDB) e José Pimentel (PT).

Coligação “*Por um Ceará moderno e forte*”, integrada pelos partidos de oposição PSDB e DEM, lançou a candidatura do deputado estadual César Cals Neto para o governo, tendo como vice o empresário Pedro Fiúza. Para o senado, Tasso Jereissati era o único candidato da coligação.

Coligação “*Por um Ceará melhor para todos*”, integrada pelos partidos PR, e PPS apresentou o ex-governador, Lúcio Alcântara

(PR), para concorrer ao governo tendo como vice o empresário Alexandre Pereira (PR).

A matéria “PSDB á procura de um discurso de oposição” traz à baila as reduzidas perspectivas de construção de um discurso de oposição de um partido que até o último momento apoiava o governo e cujo candidato somente pediu exoneração do cargo que ocupava de Secretário de Justiça e Cidadania do governo Cid no limite do prazo exigido para desincompatibilização dos que pretendiam candidatar-se a algum cargo nas eleições daquele ano. O desconforto de Marcos Cals por uma imprevista, mas irrecusável convocação de Tasso para ser o candidato ao governo do PSDB, frustrava seus planos de uma reeleição considerada certa ao sexto mandato de deputado estadual foi objeto de comentário na matéria “Saia Justa” (O Povo 23 de junho).

Da costela de Cid eis que surge o candidato tucano (...) E Cals resistiu o quanto pode a concorrer a um cargo executivo, tendo repetido que preferia se manter aliado de Cid. Contudo diante da ausência de nomes da confiança de Tasso Jereissati ele foi o escolhido. E imagino que isso tenha acontecido só depois de muita chiadeira” A bancada tucana ciente de que enfrentar frontalmente o governo seria no mínimo contraditório, preferiu destacar seu perfil competente e conciliador.

É emblemático o título da matéria publicada na edição do jornal em 25 de junho, “Para Tasso, Ciclo está cansado”. Nela o senador faz um misto de autocrítica e ensaio de ataque:

O senador Tasso Jereissati defendeu ontem durante entrevista coletiva em Fortaleza, o

fim do controle do Ceará pelas famílias Jereissati e Ferreira Gomes que governam o Estado quase ininterruptamente há quase 24 anos. É um ciclo cansado, Ferreira Gomes e Jereissati, tá na hora de mudar.

O ataque foi sentido e respondido pelo deputado estadual licenciado Ivo Gomes (PSB) irmão do governador e vice prefeito na 1ª gestão da prefeita Luizianne Lins (PT):

“O Governo Cid Gomes não pertence ao ciclo político iniciado pelo ex governador e hoje senador Tasso Jereissati, como afirmou o próprio tucano em tom de crítica”. O nosso governo é a inauguração de um novo ciclo no Estado do Ceará.

Não menos frágil era a candidatura ao governo do ex-governador Lúcio Alcântara (PR), também decidida nos últimos dias que antecederam ao prazo final das convenções partidárias (28 de junho). O ex-governador Lúcio Alcântara que amargara fragorosa derrota para Cid Gomes na sua tentativa de reeleição em 2006 pelo PSDB (sem o apoio de Tasso) em 2010, com uma base partidária restrita a dois pequenos partidos tinha remotíssimas chances de um bom desempenho em um segundo confronto com Cid.

O título da matéria “Ao oficializar sua candidatura ao governo diz que é “oposição de verdade”, é posto em dúvida no corpo do texto”:

Com um discurso muito parecido com o do PSDB o ex-governador Lúcio Alcântara (PR) se lançou ontem oficialmente na disputa pelo Governo do Estado. (...) Lúcio lembra que sua candidatura é anterior à da legenda tucana. “Eu fiquei na oposição de

desde o início”. Muitas vezes até me ridicularizaram, me hostilizaram, dizendo que eu era um ressentido, dizendo que eu estava fazendo isso por vingança, ressalta (O Povo 29 de junho).

Após as querelas da pré-eleição o cenário que se apresentava era de franco favoritismo da candidatura de Cid Gomes a reeleição ao Governo do Estado. O teste de força entre os irmãos Ferreira Gomes e Tassismo será travado na disputa ao senado. Os acertos de última hora das cúpulas partidárias deixavam as bases eleitorais nos municípios perplexas e cautelosas sobre quem apoiar. De modo especial os deputados partidários da candidatura de Eunício do PMDB reclamavam da concentração de poder:

“Integrantes dos diretórios municipais criticam a centralização excessiva da executiva estadual do PMDB nas mãos de Eunício. Os prefeitos de Itarema, Robério Monteiro, e do Iguatu, Agenor Neto, admitem apoiar o nome de Jereissati (PSDB) e Pimentel.”

#### 4. O QUE DIZIAM AS PESQUISAS ELEITORAIS: CID GOMES E OS “OUTROS”

Em pesquisa realizada nos dias 16 e 17 de março de 2009, pelo Instituto DATAFOLHA, o governador Gomes (PSB) liderava isoladamente a disputa pelo governo no Ceará. Os “outros” que apareciam nos quadros exibidos eram de certo modo resultantes dos próprios procedimentos das pesquisas pré-eleitorais que precisam apontar competidores possíveis recorrendo para tanto a citações de nomes que os eleitores lembrem, ou de nomes que de forma induzida os entrevistados são solicitados a es-

colher em listas previamente selecionadas pelos pesquisadores.

Na solicitação espontânea, 20% da população cearense declarou intenção de voto em Cid Gomes. Entre os “outros” alguns nomes cujas candidaturas eram absolutamente improváveis como Ciro Gomes (5%), Tasso Jereissati e Lúcio Alcântara (ambos com 4%), Luizianne Lins (2%), e Moroni Torgan e Eunício Oliveira (1% para cada).

Foram também apresentados aos entrevistados dois cenários, o primeiro que incluía o nome de Cid e Tasso Jereissati como candidatos e o segundo sem a presença do último. O pressuposto que justifica a estratégia era testar o prestígio dos políticos dos dois nomes na disputa eleitoral naquele ano, mesmo sabendo-se que Tasso não seria candidato ao governo, mas ao senado. A transcrição dos dois “cenários” que indicam a preferência do eleitorado não deixa dúvidas que em uma possível “queda de braços” entre os dois até então aliados, o governador Cid Gomes seria o grande vencedor.

Cenário 1		Cenário 2	
	16 a 19/03/2008		16 a 19/03/2008
Cid Gomes (PSB)	34	Cid Gomes (PSB)	39
Tasso Jereissati (PSDB)	18	Lúcio Alcântara (PR)	18
Lúcio Alcântara (PR)	13	Moroni Torgan (DEM)	14
Luizianne Lins (PT)	12	Luizianne Lins (PT)	13
Moroni Torgan (DEM)	11	Eunício Oliveira (PMDB)	4
Eunício Oliveira (PMDB)	3	Renato Roseno (PSOL)	3
Renato Roseno (PSOL)	3	Em branco/nulo/nenhum	6
Em branco/nulo/nenhum	3	Não sabe	4
Não sabe	3		

A pesquisa do Instituto Datafolha realizada entre os dias 14 e 18 de dezembro de 2009, dez meses antes das eleições, indicava que o governador Cid Gomes seria o grande vencedor em 1º

turno em uma disputa de baixa competitividade. Na primeira pesquisa realizada nos dias 14 e 15 de julho após o início do horário gratuito, com candidatos já oficialmente inscritos, ampliou-se para 21 pontos a diferença entre Cid Gomes (47%) e o segundo colocado, Lúcio Alcântara (PR) com 26%. O deputado estadual, Marcos Cals, do PSDB, aparecia com 9%, Gonzaga (PSTU) e Marcelo Silva (PV) com 1% cada. Soraya Tupinambá (PSOL) e Nati (PSOL) foram citados, mas não atingiram 1% das menções. Os votos em branco, ou anulados atingiam 6%, e 12% dos eleitores se declararam indecisos.

Os dados da pesquisa do IBOPE publicados no jornal Diário do Nordeste em dois de setembro justificavam a manchete, **Hoje Cid estaria eleito**. O governador Cid Gomes (PSB) tinha 61% das intenções de votos ultrapassando em 31% as intenções de votos de todos os outros seis candidatos ao Governo do Estado do Ceará. O segundo colocado na pesquisa, Lúcio Alcântara (PR) aparecia com 17%, o terceiro Marcos Cals (PSDB) com 10%.

Pesquisa realizada pelo Datafolha nos dias 23 e 24 de setembro mostrou que Cid Gomes pela primeira vez perdera seis pontos nas intenções de voto ao governo, interrompendo a tendência constante de alta das pesquisas anteriores. A queda foi atribuída ao acirramento das críticas à administração estadual desencadeada pela morte de um adolescente em ação desastrosa de policiais do programa Ronda do Quarteirão, que durante toda a primeira gestão contribuía para sustentar a popularidade do governa-

dor. A divulgação em agosto de matéria na revista Veja com denúncias de envolvimento do governador (e seu irmão Ciro Gomes) em esquema de desvio de recursos públicos em prefeituras cearenses também contribuiu para colocá-lo no desconforto de uma posição defensiva.

Apesar da queda de seis pontos o governador, candidato a reeleição, mantinha-se na liderança com 52% das intenções de voto (levantamento anterior, feito nos dias 9 e 10 do mesmo mês, ele aparecia com 58%).

Em pesquisa IBOPE publicada em 04 de outubro de 2010 o governador Cid Gomes (PSB), seria reeleito em primeiro turno. Há dois dias antes das eleições Cid Gomes tinha 55% das intenções de voto contra 32% de todos os outros seis candidatos juntos. Lúcio Alcântara (PR) aparecia com 19% das intenções de voto, Marcos Cals (PSDB) com 11%, Marcelo Silva (PV) e Soraya Tupinambá (PSOL) com um ponto percentual cada. Os demais candidatos: Gonzaga (PSTU) e Nati (PCB) não pontuaram. Em síntese, todas as pesquisas eleitorais realizadas nas fases pré eleitoral e eleitoral eram unânimes nas previsões de que a campanha seria vencida em 1º turno por Cid Gomes que em nenhum momento foi ameaçado por outro candidato.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE NOS DIZEM OS RESULTADOS ELEITORAIS DE 2010?

Uma breve análise dos resultados eleitorais é suficiente para demonstrar que Cid impôs

9 Optei por manter o texto datado, sem atualização da análise face aos acontecimentos políticos posteriores à sua redação original em 2011. Algumas previsões feitas naquele momento se confirmaram. Foi o caso do rompimento entre o PT de Luizianne e o PSB do governador Cid Gomes na disputa pela prefeitura de Fortaleza em 2012, com o lançamento candidaturas apadrinhadas por cada um dos governantes, respectivamente, Elmano Freitas Roberto Cláudio. Com a vitória do seu candidato Cid Gomes se fortaleceu, o que, como já dito, não elimina as tensões entre PT e PSB para manter ou construir novas alianças nas eleições estaduais de 2014.

sua supremacia eleitoral em todos os níveis da disputa. Elegeu-se governador no 1º turno com 61,27% de votos; foram eleitos os dois candidatos a senador da sua coligação, Eunício Oliveira do PMDB com 36,32% dos votos, José Pimentel com 32,3%; a coligação situacionista elegeram também a maior bancada de deputados estaduais (31 deputados de um total de 46) e deputados federais (18 deputados de um total de 22). No primeiro turno a candidatura de Dilma à presidência obteve no Ceará 66, 3% do total de votos válidos, e no segundo turno obteve 77, 35% dos votos válidos.

A votação de Cid foi maior do que a dos seus opositores não apenas nos municípios do interior, mas na capital, Fortaleza: obteve 733.649 votos nominais contra 228.594 de Marcos Cal (PSDB) e 111.767 de Lúcio Alcântara (PR). A supremacia de Cid Gomes na política estadual confirma-se não apenas por sua reeleição ao governo do estado em primeiro turno, derrotando fragorosamente o candidato do PSDB, mas de modo especial pela derrota do próprio Tasso na disputa por uma das vagas para o senado. Seu desempenho foi desastroso mesmo em municípios onde os prefeitos pertenciam ao seu partido, o PSDB: dos 54 municípios em apenas 06 (11,11%) Tasso foi o candidato a senador mais votado; em 23 (42,59%) ocupou a segunda colocação e em 25 (46,29%) foi o terceiro colocado. A bancada de quinze deputados estaduais eleitos em 2006 pelo PSDB encolheu para oito em 2010; a de deputados federais decresceu de cinco para dois. A vitória de Cid Gomes marca o início de outro ciclo político na política cearense? Do ponto de vista de longevidade eu diria que sim. Tudo leva a crer que no exercício do segundo mandato Cid consolidará sua posição de personagem

central nas decisões sobre as próximas disputas eleitorais em 2012<sup>9</sup> para a prefeitura da capital. A prefeita de Fortaleza, Luizianne, tem a pretensão de indicar o candidato a sua sucessão, o que poderá suscitar resistências de tendências internas ao PT que disputam com ela a hegemonia do partido. Por sua vez Cid afirma que seu compromisso com a prefeita já foi cumprido com o apóio a sua reeleição em 2008, invocando por consequência autonomia sobre quem apoiará como candidato a prefeitura de Fortaleza em 2012. O PC do B também já manifestou a intenção de indicar candidato à prefeitura de Fortaleza em 2012, argumentando que o partido já disputou o cargo por duas vezes, sendo uma delas contra a própria Luizianne em 2004, quando Inácio Arruda foi derrotado em disputa acirrada decidida em 2º turno por ínfima diferença de votos. Ou seja, para os partidos que compõem a atual base governista não há uma “candidatura natural” para a sucessão da prefeita da capital, o que coloca em pauta a possibilidade de cisões na coligação situacionista atualmente instalada no governo do Estado e na prefeitura da capital.

As turbulências são maiores no horizonte das eleições de 2014. A principal dificuldade será garantir a vitória do seu sucessor ao governo estadual, já que não pode mais ser reeleito, nem indicar um de seus irmãos como candidato. Para manter-se como personagem nuclear do ciclo político a que deu início terá que encontrar para sucedê-lo alguém que por um lado não seja um simples “poste”, onde sua própria imagem seria fixada e, por outro, que não tenha brilho próprio a rivalizar com a sua. O fato da carreira política de Cid estar associada ao sobrenome familiar, “os Ferreira Gomes”,



poderá ensejar o ressurgimento de um discurso de oposição “anti-oligárquico”. Esta foi a senha oferecida por Tasso, quando já na oposição ao governador defendeu “o fim do controle do Ceará pelas famílias Jereissati e Ferreira Gomes que governam o Estado quase ininterruptamente há quase 24 anos. É um ciclo cansado, Ferreira Gomes e Jereissati, tá na hora de mudar” (Jornal o Povo, julho de 2010).

Vale ressaltar ainda que sua margem de manobra no âmbito institucional tende a se reduzir ao longo do segundo mandato. Diferentemente de Tasso que tinha controle total sobre o PSDB estadual que com ele se confundia, Cid Gomes não tem um partido político “que possa chamar de seu.” No plano nacional o presidente do PSB, Eduardo Campos, governador de Pernambuco ao barrar as pretensões de Ciro Gomes de lançar-se candidato a presidência em 2010 deixou evidente sua baixa influência nas decisões do partido. Na esfera estadual do PSB Cid Gomes encontra resistências de dirigentes “históricos” da sigla que o consideram de certo modo “um estranho no ninho”. Por outro lado não me parece que se tenha consolidado ainda uma simbólica suficientemente forte para demarcar uma temporalidade política reconhecida como ERA CID. O que não impede que a marca pessoal de “Construtor de um Ceará Novo” possa ser alcançada no decorrer do segundo mandato.

Trabalho recebido em 14/10/2012

Aprovado para publicação em 20/12/2012

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDÉ, Alessandra. *Construção da Política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro, editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Jorge. *Como Vota o Povo Brasileiro*. São Paulo, Ed Xamã, 1998.

AQUILES, Magide Bizarro/Artur Leandro Alves da Silva / Enivaldo C. Rocha, “Luzes no “poste”: análise da eleição para prefeito de Recife em 2008”. In: *Como o Eleitor Escolhe seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais*, organizada por Antônio Lavareda e Helcimara Teles. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2011.

BALANDIER, George. *O Poder em Cena*. Brasília, Editora UNB, 1982.

BARHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo, Bertrand, 1993.

Barreira, Irllys. *Imagens Ritualizadas: apresentação de mulheres em cenários eleitorais*. Campinas/SP, Ed Pontes, 2008.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade - Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis – RJ, Editora Vozes, 1991.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das “bases”*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999.

BORGES, André. “Já não se fazem mais máquinas políticas como antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 35, Fev. 2010.

- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel/Bertrand, 1989.
- \_\_\_\_\_. *O Que Falar, o Que Dizer*. Lisboa, Difel, 1982.
- BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei - A Construção a Imagem Pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.
- CARDOSO Flamarion e MAKERBA Jurandir. (org.) *Representações – Contribuição a um debate transdisciplinar*, São Paulo, Papirus Editora, 2000.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. *Transição Democrática Brasileira e Padrão Publicitário Midiático da Política*. Campinas-SP: Pontes Editores/UFC, 1999.
- \_\_\_\_\_. “Representações da Política”. In: Antonio Albino Canelas Rubim (org.) *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. SP/Salvador. Editora UNESP/UFBA, 2004.
- \_\_\_\_\_. “Como Se Faz e Desfaz Um Fenômeno Eleitoral: o caso Roseana.” In: Rubim, Antonio Canelas Rubim (org.) *Eleições Presidenciais no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo, Hacker Editores/CULT, (2004)
- \_\_\_\_\_. Eleições Presidenciais de 1994 - alguma reflexões sobre o padrão midiático da política. In: *Textos Mídia Política e Eleições 33*, UFBA- Programa de Pós Graduação em Comunicação, 1995.
- \_\_\_\_\_. Imagem Marca e Reeleição: a campanha de FHC em 1998. In: Antonio Albino Rubim (org.) *Mídia e Eleições 98*. Edições FA-COM, 1998.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos e LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Política, Cultura e Processos Eleitorais*. 2006.
- CASTORIADIS, Cornélius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- CHAMPAGNE, Patrick. *Formar Opinião – O Novo Jogo Político*. Petrópolis-RJ, Editora Vozes, 1998.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo, Editora Contexto, 2006.
- CHARTIER, R. *A História Cultural entre Práticas e Representações*. Lisboa, Difel, 1990.
- DAHL, Robert. *Polararchy: Participation and Opposition*, New Haven, Yale University Press, 1971.
- DEBRAY, Régis. *O Estado Sedutor - As revoluções midiológicas do Poder*. Petrópolis-RJ, Editora Vozes 1994.
- DURAND, Gilbert. *As Estrutura Antropológicas do Imaginário*. São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Figurações de um presidente: Lula traidor, companheiro, populista* publicado na coletânea *Imaginários Sociais em Movimento*, organizadores. Júlia Miranda, Ismael Pordeus e Laplantine, François. Editora Pontes/ UFC/ Universidade de Lyon 2. Campinas-SP, 2006.
- MOUFFE, Chantal. “Por Um Modelo Agonístico de Democracia”. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, 2005.

- GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis-RJ: editora Vozes, 1975.
- IBANEZ, F. *Representações sociais: teoria e método in Ideologias de la vida cotidiana*. Barcelona, Sendai, 1988.
- JAWADAT Abu –El-Haj. Robert Dahl e o Dilema da Igualdade na Democracia Moderna. In: *Revista de Ciências Sociais*. Lisboa, 2007.
- JOAS, Hans. “Interacionismo Simbólico”. *Teoria Social Hoje*, organizadores Anthony Giddens e Jonathan Turner: editora UNESP, 1999.
- JODELET, Denise. *Les Représentations Sociales*. p. 31-61. Paris: PUF, 1991.
- LIPOVETSKY, Giles. *O Império do Efêmero: A moda e seu Destino nas Sociedades Modernas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- LEFEBVRE, Henry. *Contribución a la teoria de las representaciones*. México, Fondo de Cultura Econômica, 1983.
- MAINGUEAU, Dominique. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo, Cortez Editora, 2001.
- PALMEIRA, Moacir e GOLMAN, Marcio (org.). *Antropologia e Representação Política*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1996.
- RIVIÉRE, Claude. *As Liturgias Políticas*. Rio de Janeiro, Imago, 1989.
- RUBIM, Antonio Canelas Albino. *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. São Paulo/Salvador, Editora UNESP/UFBA, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil – ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo, Hackers Editores/ CULT, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Mídia e Política – Eleições de 1994*. Textos 33, Salvador, UFBA, 1995.
- \_\_\_\_\_. “As imagens de Lula presidente”. In: Antônio Fausto Neto e Antônio Albino Rubim e Eliseo Veron (org.). *Lula Presidente – Televisão e política na campanha eleitoral* Editora Unisinos/ Hacker Editores, 2003.
- SARTORI, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada - O debate contemporâneo*. Vol 1 . São Paulo, Editora Ática, 1994.
- SCHWARTZENBERG, Roger-Gerard. *O Estado Espetáculo*. São Paulo, Difel, 1978.
- SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público - As Tirantias da Intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON. John B. *O Escândalo Político – poder e visibilidade na era da mídia*. Rio de Janeiro, editora Vozes, 2002.
- VERON, Eliseo. *A Produção de Sentido*. São Paulo, Editora Cultrix/Ed da Universidade de São Paulo, 1980.
- SPINK, M.J. (org.). *O Conhecimento no Cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia*. São Paulo, Brasiliense, 1993.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*, Volume 2. Brasília: Editora UNB, 1999.